



# Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1990.

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 61.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1990.  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (37).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Renato Adur e Sabino Campos (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Offício:

Curitiba, 08 de agosto de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para comunicá-lo que no período compreendido entre os dias 11 e 20 do

corrente mês, deverei ausentar-me do país, em viagem de estudos sobre pecuária, tendo como destino a Argentina, sem ônus para este Poder Legislativo.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

(a) EDUARDO BAGGIO.

Requerimento:

## REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução nº 081/90, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

Projetos de Resolução:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 90/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Iporã, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Cafezal do Sul.

"Tem como ponto inicial e final a foz do Córrego Divisor ou Iretama no Rio Xambê, divisando com o Município de Pérola; pelo Rio Xambê acima divisando com o Município de Xambê; até a foz do Ribeirão Peroba, por esta acima até a foz do Córrego Mariza, por esta acima até o prolongamento da Estrada Santa Inez (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4), por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho, por essa até a Estrada Doutor Saldanha ou Divisora, pela Estrada Divisora ou Doutor Saldanha até o entroncamento da Estrada da Prata, pela Estrada da Prata, divisando com o Município de Iporã, até o seu final nas proximidades do Rio Jangada, deste ponto em linha reta e seca alcança o Rio Jangada, pelo Rio Jangada acima, até a Ponte na Estrada Mosquito, pela Estrada Mosquito, até a Estrada Divisa Byngton, pela Estrada Divisa Byngton, até encontrar o Marco 0, confrontando com a Estrada do Aeroporto segue pela Estrada do Aeroporto, até encontrar o Marco 12, ainda divisando com o

Município de Iporã, deste ponto segue até o Marco 11, cravando às margens do Córrego do Azulão; pelo referido Córrego abaixo até o Marco 10, deste ponto segue pela divisa dos lotes até encontrar o Marco 9; deste ponto, desce pelo Córrego Divisor ou Iretama até a sua foz no rio Xambrê".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

# PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 91/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área do atual Distrito de ITAPERUÇU, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ITAPERUÇU, desmembrando-o do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 412/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Curitiba Woman's Club, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

### PROJETO DE LEI Nº 413/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad-referendum", do resultado do plebiscito, o Município de Itacolomi, com território desmembrado do Município de Cambira, e com sede na localidade do mesmo nome e com limites e confrontações do distrito administrativo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Primeiro Orador inscrito, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, mais três ou quatro Senhores Deputados. (Lê):

"Dedicado inteiramente ao estudo do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, como relator da matéria designado pela Comissão Executiva desta Assembléia, foi com surpresa que recebi a notícia de que um colega Parlamentar usou da tribuna deste Poder num momento em que casualmente eu me encontrava ausente do Plenário, desferindo acusações infelizes e totalmente infundadas à minha pessoa.

Absorvido, como de costume, pelo trabalho, ao receber a notícia pude ver mais uma vez atestada a enorme distância que ainda separa a realidade deste Parlamento, do Parlamento dos sonhos de um Rousseau ou de um Montesquieu.

Infelizmente, em nome da consciência, da dignidade do Poder Legislativo e da credibilidade dos políticos sérios, assistiu ontem esta Casa a mais um episódio lamentável. Episódio, que só não vem em desabono de todos aqueles altos atributos inerentes à nossa atividade cotidiana, justamente porque sabemos quão nefastos e perversos são os desígnios de quem se presta a tamanha sordidez. E não me refiro aqui ao Parlamentar que usou da tribuna para assacar contra mim uma grave calúnia, porque como ele mesmo afirmou, "existem homens públicos que transformam o exercício dos munus político em balcão de negócios".

E esses nós conhecemos bem: são as marionetes de sempre, os inocentes úteis, que estudam Maquiavel, copiam Rasputin, admiram as construções marketológicas que resultaram em Hitler e Mussolini, mais não vêem que o seu rei está nu. Irremediavelmente só e nu.

Sei o endereço e sei também como funciona a mentalidade que move essas medíocres ambições. Os acontecimentos que me levaram a sair do PMDB, publicamente conhecidos, contrariam fortes interesses pessoais.

Na prática, foi inviabilizado um processo de imposição autoritária à sucessão estadual, que vem frustrando ambições desmedidas. Por outro lado, a consolidação da aliança social-democrata estreitou inapelavelmente as alternativas desses mesquinhos interesses, levando ao desespero os novos artifícios da versão mais atualizada da caça às bruxas.

Efetivamente está em curso uma minuciosa e bem tramada campanha para difamar-me. Escolheram o caminho da humilhação, da baixaza, das acusações sem provas. Como

sempre, sem coragem para mostrar a cara, vão usando os ventríloquos de aluguel, na vã tentativa de macular uma vida dedicada às lutas e às causas mais legítimas dos paranaenses.

Não sou de fugir à luta; vão me encontrar onde sempre estive de pé, de peito aberto, longe dos subterrâneos de que são íntimos.

A nossa folha de serviços está à disposição da população, está nas suas mãos, porque desde que assumi cargos públicos, eletivos ou não, sempre tive o respeito de prestar contas dos meus atos àqueles que em mim depositaram sua confiança. Isto sim, Deputado Felinto, é que é o reencontro da vida pública com seus fundamentos éticos e morais, porém, na verdade, só quem tem serviços prestados à população pode mostrá-los e não se envergonhar do seu mandato. Há os que nada realizam: esses "eternizam" sua passagem pelo Legislativo com discursos demagógicos, de palavras fáceis e vazias, esquecendo o poeta que disse que "a verdade é filha do tempo, e não da autoridade".

Se há coisa no mundo que mais prezo é o meu trabalho. E uma coisa é certa: jamais me arrependerei de qualquer passo que tenha dado no exercício do mandato popular, porque cada segundo que a ele dedico é reflexo de uma conduta ética e moral que me foi ensinada desde o berço pobre e humilde como o de milhões de brasileiros.

E aquelas duas lições da vida jamais me abandonaram. Por isto, na ocasião em que é publicamente questionado um momento da minha vida, e por sinal uma passagem especialmente difícil, sinto a medida da sanha que está sendo urdida contra mim, em gabinetes acarpetados, pelos Senhores ditadores de plantão do Palácio Iguaçu.

Ao contrário do que afirmou ontem o colega Deputado Felinto, eu não devo explicações sobre o meu Diploma do 2º Grau, nem ao povo do Paraná, nem a esta Casa e muito menos a ele que aqui pronunciou aquele lamentável subtexto. E isto simplesmente porque não há o que explicar; após três anos longe dos bancos escolares, em 1979 resolvi completar o 2º Grau, fazendo exames supletivos no Colégio Rui Barbosa, de Curitiba, conciliando o estudo com o trabalho de assessoria política em Brasília e em Curitiba. Estudei com uma bolsa de estudos fornecida pelo então Deputado Federal Álvaro Dias; trabalhei duro e prestei todos os exames logrando êxito. Por isto mesmo, aprendi na carne a valorizar e a respeitar todo o trabalhador. E me sinto à vontade na defesa dos seus ideais.

Não creio que tais fatos, que são o

dia-a-dia, de todo brasileiro, a falta de recursos próprios para estudar e a luta pela sobrevivência sua e da família - possam se constituir em motivo de explicações públicas.

Mas já que pretendem colocar em dúvida o diploma que obtive pela aprovação nos exames supletivos, venho informar esta Casa que hoje de manhã enviei telex à Secretaria de Educação e ao Secretário de Segurança Pública, solicitando a máxima urgência na apuração das absurdas denúncias levantadas contra este Parlamentar. Por outro lado, estou desde já indicando como testemunhas para o caso o próprio Governador Álvaro Dias, o seu chefe de Gabinete José Lúcio Cioni e o Diretor Geral da Polícia Civil do Paraná Dr. José Maria Correia. Para atestar com isto.

A dedicação e a competência que emprestei ao meu trabalho de assessoria política, além de ter colaborado nos estudos em questão; e o seu chefe de gabinete, Lúcio Cioni, que foi inclusive meu colega de curso nos Bancos do Colégio Rui Barbosa, naquela época.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que aconteceu ontem aqui nesta Casa foi uma pantomima que nada mais é que a ponta de um "Iceberg" de retaliações e perseguições ensandecidas, levadas a cabo por aqueles que, nas palavras do Deputado José Felinto, fazem da traição aos ideais um gesto banal e repetido. Jogaram para trás das costas lutas de anos, decência, coerência de ações, e se agarram desesperadamente, qual moribundos, em ações de efeito de repercussão duvidosa, na vã tentativa de permanecerem em evidência.

Mas acredito que este lapso de pseudo-moralismo do Deputado situacionista tem relação com os insistentes pedidos de nossa autoria, no sentido de que esta campanha política tenha sua discussão elevada aos interesses e aflições da nossa sociedade. Aliás, sobre esta questão, aproveito o momento para requerer a inclusão nos anais desta casa do editorial do jornal "O Estado do Paraná" do dia de hoje, que intitulado "Campanha Limpa", ressalta brilhantemente a necessidade do desenvolvimento de uma disputa política cada vez mais decente. Esses nossos insistentes apelos por decência provavelmente acabaram incomodando quem é habituado aos desvios e escaninhos da politicagem.

"Pois bem, defenderei o mal, em vosso obséquio. Se os que procuram o ouro, não hesitam em afundar-se na lama, nós, que procuramos alguma coisa mais do que ouro, a justiça, não devemos evitar nenhum incômodo". Filão, em seu diálogo com Lúlio, no livro de República, de Cícero, no capítulo que ninguém conseguiu vencer com ferro ou

ouro.

Voltando agora, aos temas que afinal justificam a nossa presença na Assembléia Legislativa, gostaria de relembrar aos nobres pares que o prazo fatal para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado se dá no próximo dia 13. Conclamo a todos os colegas que envidem os melhores estudos com vistas à aprovação de uma lei que venha a conferir uma maior transparência e melhor distribuição na aplicação dos recursos públicos de nosso Estado. Sem dúvida que tal atitude contribuirá para o resgate de uma melhor imagem deste poder junto à opinião pública.

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamentavelmente, número pequeno nesta tarde na Assembléia Legislativa, quando meia dúzia vem para esta Casa, para fazê-la funcionar, outros preferem fazer as suas campanhas políticas. Nós estamos aqui conscientes da nossa responsabilidade. (Lê).

As mais recentes e marcantes transformações políticas, sociais e econômicas que povoam a história da humanidade, neste fim de século, nos impõem uma nova forma de pensar e agir.

As sucessivas crises no capitalismo, no Socialismo e no Imperialismo Colonizador nos forçam a uma reflexão cuidadosa, sobretudo, enquanto país em desenvolvimento.

Dentre essas idéias que nascem, neste momento, como condição fundamental para países conseguirem seu desenvolvimento econômico e social, surge uma de caráter eminentemente político: Integração.

As duas Alemanhas reunificadas arrepiam os cabelos das sete irmãs ricas que vêem ameaçadas as suas supremacias e preponderâncias.

Mais assustadas e arrepiadas ficam diante da simples hipótese de unificação dos países latino-americanos. Os primos esfarrapados das milionárias exploradoras e colonizadoras: o caminho é a integração.

Neste espírito e perseguindo o amadurecimento dessa idéia, não têm sido poucas as promoções que colocam a proposta em discussão, assentando latinos em torno de uma mesma mesa para discutirem seus problemas e as possíveis soluções: Invariavelmente, essas discussões têm indicado que nossos problemas, independente das fronteiras, são muito semelhantes. Porque então não haveriam de ter soluções seme-

lhantes?

Recentemente, importante conclave de intelectuais, políticos e empresários, teve lugar na cidade de Assunção, Capital do Paraguai, nosso país vizinho, para discussão da latino-americanidade.

Daquela discussão participou com grande destaque o ex-prefeito curitibano Eng. Ivo Arzua Pereira, homem ilustrado e de grande sensibilidade política, cuja contribuição à 2.<sup>a</sup> noite da integração Latino-Americana, não podemos deixar de registrar nesta Casa Legislativa.

Escolhendo a temática "A Integração Latino-Americana e o Desenvolvimento para a Paz", o Eng.<sup>o</sup> Ivo Arzua discorre sobre a situação dos povos na terra e os caminhos que a humanidade para si tem escolhido: "Os anos 70, caracterizados por uma política de desalento; os anos 80, por uma política de desespero; os anos 90 por uma política de catástrofe e o século XXI como a era do aniquilamento" - Cita Richard Falk.

Vivendo um tempo de incertezas, o homem contemporâneo vive num mundo agitado, com explosão demográfica, onde o controle populacional, buscando o equilíbrio, e a redistribuição da riqueza, para evitar a devastação pela fome e pela miséria, se impõem como condições para possibilidade da vida nas próximas gerações.

E é na indicação da união latino-americana para busca dessa equidade que nosso ex-Prefeito atinge com sabedoria o "Tendão de Aquiles" da questão: "Os povos latino-americanos começam a ter consciência clara e firme da unidade de seus destinos".

Para nós, integração tem um sentido social e político mais amplo. Fugindo às amarras da semântica simplista, alcança a dimensão do estabelecimento de uma interdependência mais estreita entre os membros de uma sociedade. Significa falarmos de dependência mútua, totalização e unificação.

A integração, no sentido social e político exige alguns pré-requisitos, como sejam: conhecimento mútuo, compreensão e harmonia de pontos de vista; compatibilização de interesses, objetivos e ideais; planejamento a curto, médio e longo prazos; metodologia de ação conjunta, com a finalidade de operacionalizar a execução do planejamento; mobilização de idéias, inteligência, vontades, organizações públicas e particulares, comunidades, povos e nações.

Portanto - infere, com inteligência requintada - integração social e política entre povos e nações, para ser bem compreendida e melhor executada, há que ser encarada sempre como um processo, que nasce e se desenvolve ao longo de um período mais ou menos dilatado das suas respecti-

vas histórias.

Por fim, Senhores Deputados, lança mão de doze postulados fundamentais para o alcance do desenvolvimento e paz mundial, sejam eles:

1) A vida, concebida como dádiva de Deus, que deve ser preservada em toda a sua pureza, beleza, integridade e infinita continuidade;

2) A natureza, como o santuário da vida, o ecossistema global, que se renova e mantém em equilíbrio espontâneo, e assim deve ser defendida e preservada, para garantia da sobrevivência e para perpetuação do gênero humano;

3) O ser humano, como obra-prima da criação e que por isso deve ser respeitado nos seus direitos inalienáveis à liberdade, dignidade, progresso, bem-estar e felicidade;

4) A família, entendida como célula-mater geradora do tecido social, criadora e formadora de cidadãos sadios, física, mental e psiquicamente, conscientes de suas responsabilidades pessoais, sociais e nacionais, fator imprescindível para a edificação de um mundo melhor e mais digno;

5) A sociedade civil ou política, obra da razão, compreendida como entidade essencialmente política, concebida e organizada para assegurar iguais oportunidades de realização pessoal, familiar, profissional e social do cidadão, assim deve ser instituída, salvaguardada e permanentemente aprimorada;

6) A nação, comunidade de comunidades, aglutinada espontaneamente em torno de certos fatos físicos, históricos e culturais, constituída para viabilizar os ideais de progresso e bem-estar do cidadão e das comunidades em que vive, é a patrocinadora nata de um Estado idealizado como parte da nação juridicamente organizada, para o fim de elaborar e aplicar a lei, nos estritos limites do bem comum e mantendo sempre características humanísticas e democráticas, é concebido e constituído pelo povo e para o povo, e por ele soberanamente governado;

7) A humanidade, imaginada como universo humano, capaz de compatibilizar e harmonizar os interesses e o "Modus Vivendi", de cada nação e cada povo, assegurando assim o bem-estar e a paz universais;

8) A educação e a cultura, incentivadas como fontes de contínua promoção física, mental e espiritual do ser, em todos os campos de suas atividades pessoais, domésticas, profissionais e sociais, capazes de criar consciência individual e social direcionadas para o verdadeiro desenvolvimento;

9) A saúde e o esporte, promovidos como meios de aprimoramento biológico e ra-

cial e elementos decisivos de bem-estar físico, mental e psíquico do cidadão, além de impulsionadores do progresso das comunidades onde habita;

10) O trabalho, estimulado como fonte de auto-realização de promoção pessoal, profissional e social, do trabalhador e de sua família e meio para a edificação de sociedades e nações mais perfeitas e felizes, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento e a paz entre as nações;

11) A ciência e a tecnologia, encorajadas como meios intelectuais para o aprimoramento da inteligência humana e a descoberta ou invenção e uso de novos materiais, métodos e processos, máquinas, equipamentos e instrumentos que facilitem e acelerem a mais perfeita evolução mental e espiritual do ser humano, assim viabilizando o desenvolvimento e a paz entre as nações.

12) O desenvolvimento, imune a distorções facciosas, ideológicas ou religiosas, idealizado como processo para a contínua elevação dos níveis de qualidade de vida do ser humano, da sociedade, das nações e da humanidade, e no qual o crescimento econômico é um meio e jamais um fim em si mesmo e constituindo-se, destarte, em fator fundamental e decisivo para a paz universal, concebida como o equilíbrio estável entre as forças sociais, políticas e econômicas das sociedades e nações, e entre as nações que compõem a humanidade.

(Termina de ler).

Por isso tudo Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós neste momento utilizando a tribuna desta Casa queremos deixar nos Anais desta Casa esta homenagem de todos nós paranaenses reconhecendo o trabalho extraordinário que tem prestado a esta Curitiba como ex-Prefeito, a este Paraná como homem integrante e provedor da Santa Casa de Misericórdia o Dr. Ivo Arzua Pereira, pelo seu trabalho, pela sua dedicação e pelo seu alto espírito humano que tem feito com que seja uma pessoa querida por todos nós. E nós fazemos aqui com o coração aberto, com muito orgulho este registro do seu trabalho, da sua atuação neste conclave.

E, quero neste momento dizer Senhor Presidente que, aqui representando o Dr. Ivo Arzua está o Dr. Jarbas José de Castro Antunes, Primeiro Vice-Provedor da Irmandade da Santa Casa no exercício do cargo; o Dr. João Zenon de Ferreira Bandeira que é membro do Conselho e é também Cidadão Honorário do Paraná. Título recebido no ano passado aqui nesta Casa e que lhe foi outorgado pela maioria dos Parlamentares desta Casa de Leis.

Fica aqui, portanto, o nosso reconhecimento e nosso muito obrigado por tudo que tem feito por Curitiba e pelo Paraná

ao Dr. Ivo Arzua Pereira.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente não há oradores inscritos, passa-se às Lideranças:

No horário das lideranças, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PRN.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PSDB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de resolução em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, comunicando que deverá ausentar-se do País, no período de 11 a 20 de agosto do corrente ano, em viagem à Argentina, sem ônus para esta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

O Senhor Presidente designou o Senhor Deputado José Rogério como Coordenador do Projeto de Lei da Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 81/90. - Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação

de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTTI (Pela ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) - Eu faço um apelo ao Deputado Lindolfo Júnior com relação a pauta da Ordem do Dia, na sua abertura está inserido a Comissão de Fiscalização das Comissões Permanentes da Assembléia do Paraná. Eu faço um apelo no sentido de que o projeto tenha tramitação normal para que ela seja instalada imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Pessuti requereu chamada nominal.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós declinamos do pedido de chamada nominal.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu lamento, mas eu não desisti da verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra pela ordem ao Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de fazer um apelo ao nosso Deputado Estadual, Lindolfo Júnior, candidato ao Governo do Paraná. Sabendo evidentemente que nós estamos vivendo num período eleitoral e que cabe aos Deputados que são detentores de mandatos a dupla responsabilidade, além de atender as bases eleitorais, atender as necessidades da nossa presença na Assembléia Legislativa do Estado.

Nós entendemos que quando o acordo de Lideranças está definido, para que também não possamos trazer um prejuízo à sociedade paranaense e até o bom andamento da administração do Governo do Estado, é uma das razões meu caro Deputado que nós fazemos um apelo a Vossa Excelência, porque aqui tem projetos de importância dos nossos colegas Deputados; e Vossa Excelência teve sempre a sustentação, o apoio dos Deputados desta Casa quando Vossa Excelência aqui também adentrou com os seus projetos. Quantas e quantas vezes na ausência de



Vossa Excelência os Deputados votaram os projetos de interesse da sua região.

Aqui, hoje, consta na pauta do dia vários projetos dos Deputados, inclusive, confesso, que há um projeto também de nossa autoria, e que eu pediria, que é de Vossa Excelência, a compreensão, para que não derrubasse essa sessão, uma vez que nós temos projetos de interesse. E sei que Vossa Excelência como candidato a Governador e que coloca suas propostas pelo programa do TRE, as propostas coerentes, procurando resolver os problemas do Paraná, eu tenho certeza que como Vossa Excelência quer resolver os problemas do Paraná, vai nos ajudar também hoje a resolver os problemas dessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Eu apenas gostaria de justificar, eu entendo o Deputado Dirceu Manfrinato, outros Deputados, mas eu acho que nós temos um Regimento Interno com relação a presença dos Senhores Deputados. Vejam bem, eu sou candidato a Governador pelo Partido Liberal e estou aqui, não estou faltando às sessões. É preciso que alertemos os nossos colegas Deputados para que eles compareçam às sessões. Nós temos um compromisso até o último dia do nosso mandato e eu compatibilizei a nossa campanha, a nossa candidatura viajando pelo interior e durante a semana estaremos na região metropolitana, mas não faltaremos às sessões. Se algum dia eu faltei, e tenha certeza Deputado Dirceu Manfrinato que eu fui um dos Deputados que menos faltou às sessões da Assembléia, não tenha dúvida de que quando votaram um projeto de interesse do Estado e da nossa autoria era porque tinha número.

O que nós queremos é que a sociedade saiba, e nós vamos daqui a um dia gravar isso, acho fundamental dizer e alertar os companheiros que nós vamos mostrar no nosso programa a participação dos nossos companheiros Deputados, é muito importante que eles venham votar, que eles venham participar das sessões. Eu quero mostrar para o Paraná que esta Casa é uma Casa de Deputados sérios. Deputados atuantes e Deputados que querem contribuir para com o engrandecimento do Estado. E com relação ao nosso tempo de programa, nós temos apenas dois minutos, mas já começamos a sentir que a população, principalmente aquela que não nos conhecia, já começa a depositar um voto de confiança no nosso nome para o Governo do Estado. Estaremos aqui todos os dias até o final do nosso mandato, e, não faltaremos às sessões.

Muito obrigado, Deputado Manfrinato.  
Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Questão de ordem, Senhor Presidente.  
Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.  
Deputado Lindolfo Júnior mantém a sua decisão?

O Serviço de Portaria da Assembléia registrou a presença de 37 Senhores Deputados. Infelizmente, em Plenário nós não constatamos este número e vamos proceder à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Presidente, eu faria um apelo a Vossa Excelência, de que na medida em que consta o número dos Deputados na Casa, nós sabemos e entendemos que a função do Deputado, também não é só a nível do Plenário. Se os Deputados que estão nos gabinetes estão atendendo evidentemente os seus Prefeitos, os seus Vereadores, os seus eleitores.

E eu faria um apelo à Casa, para que nós não entrássemos também na questão do ridículo, uma vez que as matérias são de urgência e têm que ser votadas, um apelo a Vossa Excelência que considerasse a presença destes Senhores Deputados.

E que nós procedêssemos à sessão, evitando assim um prejuízo das matérias que estão hoje na pauta do dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente a Mesa não pode considerar como presentes em Plenário, os Deputados que adentraram a esta Casa, e vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados, a requerimento do Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Eduardo Baggio (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

14 (quatorze) Senhores Deputados responderam à chamada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 14 (quatorze) Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114 118/89 e dos Projetos de Resolução nºs 69/89 e 81/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 122/90, 154/90, 155/90, 157/90, 307/90, 309/90, 318/90, 379/90 e do Projeto de Lei Complementar n.º 338/90 e do Projeto de Resolução n.º 13/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 278/89, 393/90, 394/90, 407/90 e dos Projetos de Resolução n.ºs 48/90, 85/90, 86/90, 87/90 e 89/90.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 227/90

aposentar por invalidez de acordo com o parágrafo 1.º, do Art. 35, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com os artigos 139, 224 parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, BELKIS FERNANDES, matrícula n.º 385, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n.º 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados, conforme Art. 170 e parágrafo único, da já citada Lei n.º 6174; e, um terço (1/3) de risco de vida e saúde do vencimento básico, conforme disposto no Art. V, da Lei n.º 4697, de 28 fevereiro de 1963.

(Protoc. n.º 4286, de 16.05.90).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 226/90

mandar pagar, a ANTONIO LUSTOSA DE OLIVEIRA, ex-Deputado Estadual Constituinte de 1947, pensão mensal correspondente a cinquenta por cento (50%) dos subsídios fixos dos Deputados Estaduais, de acordo com o Art. n.º 246, da Constituição do Estado do Paraná.

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

1.º Secretário

(a) WERNER WANDERER

2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 077/90

conceder, ao funcionário JOSÉ GUILHERMINIO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de Procurador-NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, a partir de 02 de julho do corrente ano, referentes ao exercício de 1990.

(Protoc. n.º 5816, de 02.07.90).

PORTARIA N.º 078/90

conceder, a MARIA ELISA REBELLO BORGES, matrícula n.º 606, ocupante do cargo de Taquígrafo "A"-TQ-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 02 de julho do corrente ano.

(Protoc. n.º 5783, de 02.07.90).

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.07.90.

PORTARIA N.º 079/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula n.º 507, ocupante do cargo do Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1964 e 1989, deixadas de gozar.

(Protoc. n.º 4708, de 30.05.90).

PORTARIA N.º 080/90

retificar, a Portaria n.º 074/90, de 18 de junho do corrente ano, para declarar que, onde se lê funcionária contratada deste Poder Legislativo, leia-se ocupante de cargo em Comissão.

(Protoc. n.º 4374, de 18.05.90).

PORTARIA N.º 081/90

conceder, a MARILENE BOCHNIA SCHAFFER, contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7.º, Inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 02 de junho do corrente ano.

(Protoc. n.º 5188, de 13.06.90).

PORTARIA N.º 082/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HILTON RONALD ALICE, matrícula n.º 044, ocupante do cargo de Consultor Legis-



lativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1973, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 4760, de 31.05.90).

PORTARIA N° 083/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual, promulgada em 05 de outubro de 1989, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de PLÍNIO ANTONIO DE SOTTI LOPES, matrícula n° 149, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) anos, correspondentes ao dobro das férias de 1969, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1983, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 2403, de 30.03.90).

PORTARIA N° 084/90

1°) - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, matrícula n° 330, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar; e,

2°) - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 5° quinquênio, compreendido entre 26 de abril de 1983 e 26 de fevereiro de 1988, antecipado em razão das férias de 1985, contada em dobro.

(Protoc. n° 4509, de 24.05.90).

PORTARIA N° 085/90

conceder, a JOSANE MARIA CARRADORE, contratada deste Poder Legislativo, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 27 de julho de 1990.

(Protoc. n° 6443, de 31.07.90).

PORTARIA N° 086/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150,

da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor da funcionária DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, matrícula n° 138, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 5121, de 11.06.90).

PORTARIA N° 087/90

conceder, a GERTRUDES RESS, ocupante do cargo em comissão, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 20 de maio de 1990.

(Protoc. n° 5881, de 04.07.90).

PORTARIA N° 088/90

conceder, a SANDRA PALMA, contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, a partir de 19 de junho do corrente ano.

(Protoc. n° 5882, de 04.07.90)

PORTARIA N° 089/90

conceder, a SELENE MARIA GARCIA GRECA, contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, a partir de 02 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 5880, de 04.07.90)

PORTARIA N° 090/90

1) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DOROTI WOLMER LINHARES, matrícula n° 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar; e,

2) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 3° quinquênio, compreendido entre 14 de dezembro de 1980 e 14 de agosto de 1985, antecipado em razão das férias de 1981 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n° 8409, de 19.09.89)

PORTARIA N° 091/90

1) mandar contar, para todos os efeitos

legais, nos termos do art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o art. 150, da Lei n° 6174, de com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n° 222, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1973 e 1977, deixadas de gozar; e,

2) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço

Curitiba, quarta, em 08.08.90

público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 28 de janeiro de 1985 e 28 de janeiro de 1989, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias relativas aos anos de 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n° 4609, de 25.05.90)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.90.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral